

... continuação da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 13/04/2026 da Hidrovias do Brasil S.A.

liquidação, fusão, cisão, incorporação, bem como pedidos de falência e requerimento de recuperação extrajudicial ou judicial de empresas nas quais a Companhia tenha participação direta ou indireta, e de incorporação, por estas, de qualquer outra sociedade; (xv) emissão de ações e bônus de subscrição da Companhia, nos limites autorizados no Artigo 6 deste Estatuto Social, fixando as condições de emissão, inclusive preço e prazo de integralização; (xvi) emissão, dentro do limite de capital autorizado, de debêntures conversíveis em ações, especificando o limite do aumento de capital decorrente da conversão das debêntures, em valor do capital social ou em número de ações, bem como (i) a oportunidade da emissão, (ii) a época e as condições de vencimento, amortização e resgate, (iii) a época e as condições do pagamento dos juros, da participação nos lucros e do prêmio de reembolso, se houver, e (iv) o modo de subscrição ou colocação, e o tipo das debêntures; (xvii) autorização da exclusão (ou redução do prazo para) do direito de preferência nas emissões de ações, bônus de subscrição e debêntures conversíveis em ações, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou por subscrição pública ou em permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei; (xviii) aquisição pela Companhia de ações de sua própria emissão, ou lançamento de opções de venda e compra, referenciadas em ações de emissão da Companhia, para manutenção em tesouraria e/ou posterior cancelamento ou alienação; (xix) emissão pela Companhia de debêntures simples, não conversíveis em ações e sem garantia real e proposta de emissão pela Companhia de commercial papers ou qualquer outro tipo de título representativo de dívida, bem como alteração de suas respectivas condições; (xx) aprovação de chamadas de capital da Companhia, dentro do limite do capital social autorizado; (xxi) aprovação dos termos e condições de eventual oferta pública de ações da Companhia ou de suas Controladas, observada a competência da Assembleia Geral; (xxii) aprovar (i) investimento ou projeto de investimento, (ii) aquisição ou alienação de participação societária, direta ou indireta, inclusive através de consórcio ou sociedade em conta de participação, (iii) aquisição ou alienação de bens para terceiros, (iv) outorga de garantias para terceiros, inclusive oneração de bens, e (v) endividamento com terceiros ou renúncia a direitos, propostos pela Companhia ou por suas controladas, sempre que o valor da operação exceder 5% do patrimônio líquido da Companhia, observados os limites e procedimentos estabelecidos nas políticas corporativas da Companhia. Transações com empresas que façam parte do grupo econômico da Companhia e que não infringam as políticas corporativas da Companhia não dependerão de aprovação prévia do Conselho de Administração; (xxiii) deliberação sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, podendo convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente; (xxiv) aprovação de aumentos de capital e emissões de quaisquer instrumentos ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia dentro dos limites do capital autorizado, e proposta de aumento de capital e emissão de instrumentos ou valores mobiliários conversíveis em ações da Companhia além dos limites do capital autorizado; (xxv) aprovação dos regimentos internos dos órgãos de governança e assessoramento ao Conselho de Administração, bem como de todas as políticas corporativas da Companhia e seus aditamentos e/ou revisões; e (xxvi) elaboração e divulgação de parecer fundamentado, favorável ou contrário à aceitação de qualquer OPA que tenha por objeto as ações de emissão da Companhia, a ser divulgado em até 15 dias da publicação do edital da OPA, que deverá abordar, no mínimo: (i) a conveniência e oportunidade da OPA quanto ao interesse da Companhia e do conjunto dos acionistas, inclusive em relação ao preço e aos potenciais impactos para a liquidez das ações; (ii) os planos estratégicos divulgados pelo ofertante em relação à Companhia; e (iii) alternativas à aceitação da OPA disponíveis no mercado. **Artigo 20.** O Conselho de Administração reunir-se-á ordinariamente, 04 vezes ao ano e, extraordinariamente sempre que convocados, na forma do Regimento Interno do Conselho de Administração, que deverá regular o funcionamento do órgão. **Parágrafo 1º.** As reuniões do Conselho de Administração deverão ser convocadas com, no mínimo, 03 dias de antecedência. Independentemente das formalidades da convocação, será considerada devidamente instalada e regular a reunião a que comparecerem todos os membros do Conselho de Administração. **Parágrafo 2º.** Em caso de urgência, o Presidente do Conselho de Administração (ou terceiro por ele designado) poderá convocar reunião do Conselho de Administração com prazo menor de antecedência que aquele previsto no Parágrafo 1º deste Artigo, sendo certo que neste caso a reunião somente se instalará com a presença de, no mínimo, 2/3 dos membros eleitos. **Parágrafo 3º.** Salvo o disposto no Parágrafo 2º deste Artigo, as reuniões do Conselho de Administração serão consideradas instaladas com a presença da maioria dos seus membros, sendo um deles o Presidente ou Vice-Presidente, e as deliberações serão tomadas por maioria de votos, cabendo ao Presidente ou na sua ausência, ao Vice-Presidente, além de seu voto, o de desempate. **Parágrafo 4º.** O membro do Conselho de Administração representado por outro Conselho, bem como os Conselheiros que participarem da reunião por meio de teleconferência, videoconferência ou por qualquer outro meio que permita a identificação do membro e a comunicação simultânea com todos os demais membros presentes na reunião, serão considerados presentes à reunião, bem como os Conselheiros que manifestarem seu voto por meio da delegação feita em favor de outro Conselheiro, por voto escrito antecipado e por voto manifestado por carta, fax, correio eletrônico (e-mail) ou por qualquer outro meio de comunicação. **Parágrafo 5º.** Os Conselheiros poderão enviar antecipadamente seu voto, que valerá para fins de verificação de quórum de instalação e de deliberação, desde que enviado à Companhia, em atenção ao Presidente da respectiva reunião do Conselho de Administração, por escrito, até o início da reunião. **Artigo 21.** Nenhum membro do Conselho de Administração poderá ter acesso a informações, participar de deliberações e discussões do Conselho de Administração ou de quaisquer órgãos da administração, exercer o voto ou, de qualquer forma, intervir nos assuntos em que esteja, direta ou indiretamente, em situação de interesse conflitante com os interesses da Companhia, nos termos da lei. **Diretoria. Artigo 22.** A Diretoria será composta por, no mínimo, 02 e, no máximo 05 membros, acionistas ou não, residentes no País, eleitos pelo Conselho de Administração, e por esse destituíveis a qualquer tempo, sendo designado (i) Diretor Presidente, (ii) Diretor de Relações com Investidores e os demais diretores sem designação específica ("Diretores"). **Artigo 23.** Os Diretores serão eleitos pelo prazo de mandato de 02 anos, sendo admitida a reeleição, e continuarão no exercício dos cargos até eleição e posse de seus substitutos. **Artigo 24.** Nas ausências ou impedimentos temporários, as funções de qualquer um dos Diretores serão exercidas por outro membro da Diretoria, escolhido pelo Diretor ausente ou impedido. Em caso de vacância no cargo de Diretor, o substituto interino será nomeado por

qualquer um dos Diretores e assumirá a função até a primeira reunião subsequente do Conselho de Administração que designará o substituto pelo restante do prazo de mandato. **Artigo 25.** Compete à Diretoria a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia e à gestão dos negócios sociais, podendo abrir e encerrar filiais, escritórios ou outros estabelecimentos e dependências em qualquer parte do país ou do exterior, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 26.** Entre suas atribuições, compete ao Diretor Presidente (i) dirigir, coordenar e supervisionar as atividades dos demais Diretores; (ii) supervisionar os trabalhos de auditoria interna e assessoria legal; (iii) convocar e presidir as reuniões de Diretoria; (iv) comunicar ao Conselho de Administração a realização de operações relevantes que não necessitem de aprovação prévia do Conselho de Administração; (v) representar institucionalmente a Companhia; e (vi) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Conselho de Administração. **Artigo 27.** Entre suas atribuições, cabe ao Diretor de Relações com Investidores: (i) representar a Companhia perante os órgãos de controle e demais instituições que atuam no mercado de capitais; (ii) prestar informações ao público investidor, à CVM, às Bolsas de Valores em que a Companhia tenha seus valores mobiliários negociados e demais órgãos relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, conforme legislação aplicável, no Brasil e no exterior; (iii) manter atualizado o registro de companhia aberta perante a CVM; e (iv) outras atribuições que lhe forem determinadas pelo Diretor Presidente. **Artigo 28.** Caso sejam eleitos Diretores sem designação específica, sem prejuízo do direito do Conselho de Administração de se manifestar a respeito, caberá ao Diretor Presidente definir as atribuições específicas dos Diretores assim eleitos. **Artigo 29.** Exceto se diversamente previsto neste Estatuto Social, a Companhia será representada, em todos os atos: (i) Por 2 Diretores Estatutários em conjunto; (ii) Por 1 Diretor Estatutário em conjunto com 1 Procurador com poderes especiais; (iii) Por 2 Procuradores com poderes especiais; ou (iv) Por 1 Procurador com poderes especiais, para determinados casos, a serem determinados e aprovados pela Diretoria. **Parágrafo 1º.** As procurações serão outorgadas em nome da Companhia por 2 Diretores em conjunto, devendo especificar os poderes conferidos e salvo aquelas previstas no Parágrafo 2º deste Artigo, terão período de validade limitado a, no máximo, 1 ano. **Parágrafo 2º.** Sem prejuízo da especificação dos poderes respectivos, procurações outorgadas a advogados para representação da Companhia em processos judiciais ou administrativos, bem como perante órgãos governamentais, autarquias e concessionárias de serviços públicos, podem conter cláusula de subestabelecimento de poderes, com reserva de iguais, e poderão ser válidas por prazo indeterminado. Ainda, procurações outorgadas para fins de cumprimento de cláusula contratual poderão ser outorgadas pelo prazo de validade do contrato a que estiverem vinculadas. **Parágrafo 3º.** O Diretor de Relações com Investidores, agindo individualmente, pode representar a Companhia perante órgãos reguladores dos mercados e bolsas em que as ações da Companhia sejam negociadas. **Parágrafo 4º.** Os instrumentos de procuração outorgados para a prática de atos que resultem na alienação de bens imóveis ou participações societárias permanentes da Companhia ou na concessão de avais, fianças ou outras garantias, vedado o subestabelecimento. **Artigo 30.** Os Diretores substituir-se-ão reciprocamente, observado o seguinte: (i) em caso de ausência e impedimento ocasional, por período de até 60 dias, o Diretor Presidente, caberá ao Presidente do Conselho de Administração indicar seu substituto entre os membros da Diretoria, devendo o diretor substituído exercer temporariamente as funções de Diretor Presidente até o retorno deste ou a próxima reunião do Conselho de Administração, o que ocorrer primeiro; e (ii) em caso de vacância de diretor, ele poderá ser substituído, até a próxima reunião do Conselho de Administração, por outro diretor apontado pelo Diretor Presidente. **Comitê de Auditoria Estatutário. Artigo 31.** O Comitê de Auditoria Estatutário, órgão estatutário de assessoramento vinculado diretamente ao Conselho de Administração, com autonomia operacional e orçamento próprio aprovado pelo Conselho de Administração ("Comitê de Auditoria"). **Artigo 32.** O Comitê de Auditoria será composto por, no mínimo, 3 membros, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, sendo que ao menos 1 membro será conselheiro independente, e ao menos 1 membro tenha reconhecida experiência em assuntos de contabilidade societária. **Parágrafo 1º.** O mesmo membro do Comitê de Auditoria poderá acumular as qualificações referidas no caput acima. **Parágrafo 2º.** Para ser caracterizado como independente, o membro integrante do Comitê de Auditoria Estatutário deverá atender aos requisitos previstos na regulamentação aplicável da CVM, bem como aqueles previstos no Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo 3º.** Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário poderão ser reconduzidos para sucessivos mandatos, desde que não excedam o prazo máximo de 10 anos. **Parágrafo 4º.** O membro do Comitê de Auditoria Estatutário que deixar de exercer referido cargo, somente poderá voltar a integrar o Comitê após decorridos, no mínimo, 03 anos do final do mandato. **Artigo 33.** Compete ao Comitê de Auditoria Estatutário, entre outras matérias prevista na legislação e regulamentação aplicáveis: (i) Opinar ao Conselho de Administração sobre a contratação e destituição dos serviços de auditoria externa independente ou de qualquer outro serviço; (ii) Supervisionar as atividades dos auditores independentes, a fim de avaliar seu plano anual de trabalho, a sua independência, a qualidade dos serviços prestados; (iii) Avaliar as informações contábeis trimestrais, demonstrações intermediárias e demonstrações financeiras anuais da Companhia emitindo o respectivo parecer, conforme aplicável; (iv) Acompanhar as atividades da auditoria interna e da área de controles internos e riscos da Companhia; (v) Elaborar e divulgar relatório anual resumido contendo a descrição das reuniões realizadas, de suas atividades, os principais assuntos discutidos e destacando as recomendações feitas ao Conselho de Administração; (vi) Supervisionar as atividades das áreas de controles internos, auditoria interna e elaboração das demonstrações financeiras da Companhia; (vii) Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia, nos termos da Política de Gerenciamento de Riscos, bem como manifestar se sobre qualquer revisão de seu conteúdo, e ainda; (viii) Avaliar, monitorar, e recomendar à administração a correção ou aprimoramento das políticas corporativas da Companhia, incluída a Política de Transações com Partes Relacionadas e Demais Situações Envolvendo Conflito de Interesse; (ix) Avaliar e monitorar, a partir do relatório de administração e da área de auditoria interna, a adequação das transações com partes relacionadas realizadas pela Companhia e suas respectivas evidências; (x) Receber e tratar informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos estabelecendo, inclusive, procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação; (xi) Receber pelo menos uma vez ao ano um relatório da Comissão de Ética, contemplando denúncias de maior relevância, inclusive e, principalmente, as que possam envolver membros da alta administração; e (xii) Opinar sobre as matérias que lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, bem como sobre aquelas que considerar relevantes. **Conselho Fiscal. Artigo 34.** O Conselho Fiscal

funcionará em caráter não permanente e, caso instalado pela Assembleia Geral na forma da Lei das S.A., será composto por 03 membros, e igual número de suplentes, para um mandato unificado que se encerrará na primeira assembleia geral ordinária após a sua instalação, sendo permitida a reeleição. **Parágrafo Único.** Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplentes, tomarão posse mediante assinatura dos respectivos termos no livro próprio, que contemplará sua sujeição à cláusula compromissória disposta no Artigo 46 deste Estatuto Social. **Exercício Social e Lucros. Artigo 35.** O exercício social terminará no dia 31 de dezembro de cada ano, ocasião em que deverão ser preparados o balanço e as demais demonstrações financeiras previstas em lei. **Parágrafo 1º.** Do lucro líquido apurado no exercício, será deduzida a parcela de 5% para a constituição de reserva legal, que não excederá 20% do capital social. **Parágrafo 2º.** Os acionistas têm direito a um dividendo obrigatório correspondente a 1% do respectivo lucro líquido, ajustado de acordo com o Artigo 202 da Lei das S.A. **Parágrafo 3º.** O saldo remanescente, após atendidas as disposições legais, deverá ser alocado às reservas estatutárias previstas no presente Estatuto Social, nos termos do Artigo 194 da Lei das S.A., conforme necessário para a expansão dos negócios do objeto social da Companhia, salvo se de outra forma proposto pelo Conselho de Administração e aprovado pela Assembleia Geral. **Artigo 36.** Adicionalmente às reservas legalmente previstas, a Companhia terá as seguintes reservas de lucros: (i) Reserva para Investimentos, cujos recursos serão destinados à realização de investimentos relacionados ao objeto social da Companhia e à expansão de suas atividades, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva para Investimentos não poderá ultrapassar 50% do capital social. (ii) Reserva de Capital de Giro, cujos recursos serão destinados a suprir as necessidades de capital operacional da Companhia, formada com recursos equivalentes a até 50% do lucro líquido da Companhia ajustado na forma do Artigo 202 da Lei das S.A. O saldo da conta de Reserva de Capital de Giro não poderá ultrapassar 50% do capital social. **Artigo 37.** A Companhia poderá pagar juros sobre o capital próprio, imputando-os ao dividendo mínimo obrigatório. **Artigo 38.** O Conselho de Administração poderá declarar e pagar, a qualquer tempo durante o exercício social, dividendos intermediários à conta de reservas de lucros e de lucros acumulados existentes nos exercícios sociais precedentes, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 39.** Observados os requisitos e limites legais, o Conselho de Administração poderá, ao final de cada trimestre ou semestre, com base em balanço intermediário específico, declarar e pagar dividendos periódicos a partir dos resultados verificados no trimestre ou semestre em questão, que deverão ser imputados ao dividendo obrigatório referente àquele exercício. **Artigo 40.** Os dividendos não recebidos ou reclamados prescreverão no prazo de 03 anos, contados da data em que tenham sido postos à disposição do acionista, e reverterão em favor da Companhia. **Liquidação. Artigo 41.** A Companhia será liquidada nos casos previstos em lei, sendo a Assembleia Geral o órgão competente para determinar o modo de liquidação e indicar o liquidante. **Alienação de Controle. Artigo 42.** A alienação direta ou indireta de controle da Companhia, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob a condição de que o adquirente do controle se obriga a realizar OPA tendo por objeto as ações de emissão da Companhia de titularidade dos demais acionistas, observadas as condições e os prazos previstos na legislação e na regulamentação em vigor e no Regulamento do Novo Mercado, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao alienante. **Parágrafo Único.** O adquirente do controle fica obrigado a, após a liquidação financeira da oferta pública a que se refere o caput, tomar as medidas cabíveis para recompor, nos 18 meses subsequentes, o percentual mínimo de ações em circulação previsto no Regulamento do Novo Mercado. **Reorganização Societária. Artigo 43.** Na hipótese de reorganização societária que envolva a transferência da base acionária da Companhia, as sociedades resultantes devem pleitear o ingresso no Novo Mercado em até 120 dias da data da Assembleia Geral que deliberou a referida reorganização. **Parágrafo Único.** Caso a reorganização envolva sociedades resultantes que não pretendam pleitear o ingresso no Novo Mercado, a maioria dos titulares das Ações em Circulação da Companhia presentes na Assembleia Geral deverão dar anuência a essa estrutura. **Saída Voluntária do Novo Mercado. Artigo 44.** Sem prejuízo do disposto no Regulamento do Novo Mercado, a saída voluntária do Novo Mercado deverá ser precedida de OPA que observe os procedimentos previstos na regulamentação editada pela CVM sobre OPA para cancelamento de registro de companhia aberta e os seguintes requisitos: (i) o preço ofertado deve ser justo, sendo possível o pedido de nova avaliação da Companhia na forma estabelecida na Lei das S.A.; (ii) acionistas titulares de mais de 1/3 das ações em circulação deverão aceitar a OPA ou concordar expressamente com a saída do referido segmento sem a efetivação de alienação das ações. **Parágrafo Único.** A saída voluntária do Novo Mercado pode ocorrer independentemente da realização de oferta pública mencionada neste Artigo, na hipótese de dispensa aprovada em Assembleia Geral, nos termos do Regulamento do Novo Mercado. **Artigo 45.** A assembleia geral convocada para dispensar a realização de OPA para saída do Novo Mercado deverá ser instalada em primeira convocação com a presença de acionistas que representem, no mínimo, 2/3 do total das Ações em Circulação. Caso referido quórum não seja atingido, a assembleia geral poderá ser instalada em segunda convocação com a presença de qualquer número de acionistas titulares de Ações em Circulação. A deliberação sobre a dispensa de realização da OPA deve ocorrer pela maioria dos votos dos acionistas titulares de Ações em Circulação presentes na assembleia geral, conforme disposto no Regulamento do Novo Mercado. **Parágrafo Único.** Para fins deste Artigo, "Ações em Circulação" significam todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo(s) acionista(s) controlador(es), por pessoas a eles vinculadas, por administradores da Companhia e aquelas em tesouraria. **Arbitragem. Artigo 46.** A Companhia, seus acionistas, administradores, membros do conselho fiscal, efetivos e suplentes, se houver, obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, na forma de seu regulamento, qualquer controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada com ou oriunda da sua condição de emissor, acionistas, administradores e membros do conselho fiscal, e em especial, decorrentes das disposições contidas na Lei nº 6.395, de 07 de dezembro de 1976, conforme alterada, na Lei das S.A., no estatuto social da Companhia, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes no Regulamento do Novo Mercado, dos demais regulamentos da B3 e do Contrato de Participação no Novo Mercado. Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 210.594/26-3 em 07/05/2026. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

☎ Contato: (11) 3361-8833

✉ Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL

São Paulo

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Oleon Brasil S.A.

CNPJ nº 61.278.875/0001-44

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Ativo	BALANÇOS PATRIMONIAIS			DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO			DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA		
	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024	Nota	2025	2024
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	31.709	20.568	11	8.465	8.018			
Contas a receber	5	49.078	55.118	15.b)	2.287	2.113			
Estoque	6	42.434	44.001	12	2.508	2.665			
Impostos a recuperar	7	1.143	606	13	3.981	3.185			
Despesas antecipadas		331	86	10	408	-			
Partes relacionadas	19	43	-	138	313	-			
Outros ativos		1.402	159						
Total do ativo circulante		126.140	120.538		17.787	16.294			
Não circulante									
Realizável a longo prazo									
Depósitos judiciais	14	133	113	14	816	673			
IRPJ e CSLL diferidos	8	848	-	15.b)	3.776	-			
Total do ativo realizável a longo prazo		981	113		6.224	673			
Total do ativo não circulante		38.192	30.823		140.321	134.394			
Total do ativo		164.332	151.361		164.332	151.361			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Contexto operacional: Oleon Brasil S.A. ("Sociedade") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede e foro Avenida Paulista, nº 37, Conjunto n° 92, 9º andar do Edifício Parque Cultural Paulista, Bela Vista, CEP 01311-902, teve início de suas atividades em 24/06/1965, tendo como objeto social a extração, fabricação e comercialização de óleos vegetais em bruto e refinados e seus derivados, os quais podem ser utilizados, entre outras aplicações, como ingredientes na fabricação de alimentação animal; a desidratação, hidrogenação, polimerização, oxidação e outros processos industriais em óleos vegetais e de origem animal; a fabricação de ácidos graxos e compostos orgânicos para fins alimentícios; o serviço de pós-colheita; e outras atividades relacionadas ao processamento de sementes de mamona; depósito de mercadorias para terceiros (exceto armazém e guarda-móveis), bem como a participação como sócia no capital social de outras sociedades. Em 30/09/2024, a Companhia passou a ser controlada pela empresa Oleon Comércio de Oleoquímicos Ltda. que adquiriu 85% das ações da Companhia. As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Administração em 09/04/2026. 2. Base de elaboração das demonstrações financeiras: 2.1. Declaração de conformidade: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. 2.2. Base de elaboração: As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos no fim de cada período de relatório, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos na data da transação. 2.3. Continuidade operacional: A Administração tem, na data de aprovação das demonstrações financeiras, expectativa razoável de que a Sociedade possuir recursos adequados para sua continuidade operacional no futuro próximo. Portanto, eles continuam a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração das demonstrações financeiras. 2.4. Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras: Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados em reais (R\$), moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras, que representa a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia opera. 3. Resumo das principais políticas contábeis materiais: As práticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras. a) Apreciação de resultado e reconhecimento de receita: A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais concedidos ao comprador e outras deduções similares, se houver. As receitas de venda de produtos e revenda de mercadorias são reconhecidas quando satisfaz a obrigação de desempenho através da transferência do controle de um bem ou de um serviço prometido a um cliente (que é quando o cliente obtém o controle do bem ou do serviço). Como ponto de controle a Companhia ficará atenta ao longo da venda de produtos para os referidos itens: • Mensuração da receita com confiabilidade. • É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia. • Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. São reconhecidos quando os produtos são entregues e a propriedade legal é transferida. As demais receitas, despesas e custos são reconhecidos quando incorridos e/ou realizados de acordo com o regime de competência. O resultado inclui os rendimentos, os encargos e as variações monetárias e cambiais, a índices e taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes e, quando aplicável, os efeitos de ajustes de valor por valor de mercado ou de sua realização. b) Caixa e equivalentes de caixa: Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros que estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. Os montantes são registrados pelos valores de custo acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações financeiras e têm vencimentos inferiores a 90 dias, não excedendo o seu valor de mercado ou de realização. c) Estoque: Avaliados ao custo médio de aquisição ou de produção, o qual não excede o valor realizável líquido, incluindo as provisões para cobrir as eventuais perdas. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração. As importações em andamento e os adiantamentos a fornecedores são demonstrados ao custo acumulado de cada importação/adiantamento. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e das despesas de vendas. d) Imobilizado: Registrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear. Quando há evidência de não recuperação do valor investido nos bens, é reconhecida a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas conforme as disposições do pronunciamento técnico CPC 01 (R1) - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. Em 31/12/2025 e em 2024, não foram identificados ativos que necessitassem de provisão para redução ao seu valor de recuperação. O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revisados no encerramento de cada exercício e ajustados de forma prospectiva quando for o caso. A Companhia realizou avaliação de seus ativos imobilizados e não identificou a necessidade de revisão dos valores registrados. Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado. e) Provisões: São reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa do montante requerido para liquidar a obrigação nas datas de encerramento das demonstrações financeiras, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Para os casos de riscos tributários, civis e trabalhistas, quando necessária, a provisão é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são consideradas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração da Companhia, considerando a natureza dos processos e a experiência da Administração em causas semelhantes conforme descrito na nota explicativa nº 13. Os assuntos classificados como obrigações legais encontram-se provisionados, de forma independente do desfecho esperado de causas que os questionem. Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. f) IRPJ e CSLL: A provisão para IRPJ e CSLL está baseada no lucro real tributável do exercício trimestral. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. O lucro real é calculado alíquota de IRPJ é de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 24, e a da CSLL é de 9% sobre o lucro tributável. Os efeitos do IRPJ e da CSLL diferidos são calculados pelo método do passivo

sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis. O IRPJ e a CSLL diferidos são determinados usando as alíquotas de imposto promulgadas nas datas de encerramento dos exercícios, que devem ser aplicadas quando o IRPJ e a CSLL diferidos ativos forem realizados ou quando o IRPJ e a CSLL diferidos passivos forem liquidados. g) Instrumentos financeiros básicos e outros instrumentos financeiros: Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra entidade. Ativos financeiros: Reconhecimento inicial e mensuração: Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo ou para as quais a companhia tenha aplicado o expediente prático, a companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contêm um componente de financiamento significativo. Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa ger fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" (também referido como teste de "SPPI") sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado. As compras e vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Mensuração subsequente: Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em quatro categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); • Ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa oficial da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de crédito esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de crédito para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de crédito esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência (uma perda de crédito esperada vitalícia). Para contas a receber de clientes e ativos de contrato, a companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de crédito esperadas vitalícias em cada data-base. A companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de crédito, ajustada para fatores prospectivos específicos para os devedores e para o ambiente econômico. Para instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a companhia aplica a simplificação do baixo risco de crédito permitida. Em cada data de reporte, a companhia avalia se o instrumento de dívida é considerado de baixo risco de crédito usando todas as informações razoáveis e passíveis de fundamentação que estejam disponíveis. Ao fazer tal avaliação, a companhia reavalia a classificação de risco de crédito interna do instrumento da dívida. A companhia considera um ativo financeiro em situação de inadimplência quando os pagamentos contratuais estão vencidos há 180 dias. No entanto, em certos casos, a companhia também pode considerar que um ativo financeiro está em inadimplência quando informações internas ou externas indicam ser improvável a companhia receber integralmente os valores contratuais em aberto antes de levar em conta quaisquer melhorias de crédito mantidas pela companhia. Um ativo financeiro é baixado quando não há expectativa razoável de recuperação dos fluxos de caixa contratuais. Passivos financeiros: Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da companhia incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, saldos bancários a descoberto e instrumentos financeiros derivativos. A companhia classifica passivos financeiros que surgem de acordos de financiamento (risco sacado, forfait etc.) com fornecedores e fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial se eles tiverem natureza e função semelhantes às contas a pagar. Esse é o caso se o acordo de financiamento com fornecedores fizer parte do capital de giro usado no ciclo operacional normal da companhia, o nível de segurança fornecido for semelhante às contas a pagar e os termos dos passivos que fazem parte do acordo de financiamento da cadeia de suprimentos não forem substancialmente diferentes dos termos das contas a pagar que não fazem parte do acordo. Os fluxos de caixa relacionados a passivos decorrentes de acordos de financiamento com fornecedores que são classificados em Fornecedores e outras contas a pagar no balanço patrimonial individual e consolidado são incluídos nas atividades operacionais no balanço patrimonial individual e consolidado. Mensuração subsequente Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias: • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado; e • Passivos financeiros ao custo amortizado. h) Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2025: A companhia aplicou pela primeira vez certas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 01/01/2025 (exceto quando indicado de outra forma). A companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes. Alterações ao CPC 02 (R2) - Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão

das), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS. O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 01/01/2027, com aplicação antecipada permitida. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Alterações à Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros: Em maio de 2024, o International Accounting Standards Board (IASB) emitiu as alterações à IFRS 9 and IFRS 7 - Amendments to the Classification and Measurement of Financial Instruments (Alterações na Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros), que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Em convergência com essas alterações, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) deverá incorporar as mudanças por meio de futuras revisões dos pronunciamentos CPC 48 - Instrumentos Financeiros e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros. As alterações são aplicáveis para períodos anuais com início em ou após 01/01/2026, sendo permitida a adoção antecipada apenas para a classificação de ativos financeiros e as divulgações relacionadas. Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais Em dezembro de 2024, o IASB emitiu as Alterações à IFRS 9 e à IFRS 7 - Contratos Referenciando a Eletricidade Dependente de Condições Naturais A companhia não antecipa que essas alterações terão impacto material sobre suas demonstrações financeiras consolidadas, mas continuará acompanhando a convergência dos pronunciamentos e avaliará a necessidade de atualização de suas políticas contábeis quando as revisões forem formalmente emitidas pelo IASB. 4. Caixa e equivalentes de caixa: 2025 2024 Caixa e bancos 24 23 Aplicações financeiras 31.685 20.545 Total 31.709 20.568 Referem-se a operações de renda fixa junto a instituições financeiras, por meio de Certificados de Depósito Bancário-CDBs pré-fixados ou indexados à taxa de 100% da variação do Certificado de Depósito Interbancário-CDI em 2025 e 100% do CDI em 2024. Essas aplicações são prontamente conversíveis em um montante de caixa e estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor. 5. Contas a receber: 2025 2024 Mercado interno 42.381 48.723 Mercado externo 7.114 6.863 Provisão para perdas esperadas de créditos (417) (468) Total 49.078 55.118 Contas a receber de clientes por vencimento: A vencer: 46.634 52.833 Vencidas: 2.444 2.285 De 0 a 60 dias 2.410 2.223 De 61 a 90 dias 25 62 De 91 a 180 dias 9 - Total 49.078 55.118 A movimentação da provisão para perdas esperadas de créditos está demonstrada a seguir: Saldo em 1º/01/2024 (428) Adição (40) Saldo em 31 de dezembro 2024 (468) Reversão 51 Saldo em 31 de dezembro 2025 (417) 6. Estoques: 2025 2024 Matéria prima 22.421 19.366 Matéria prima em poder de terceiros 2.575 - Material de embalagem 613 1.311 Produto acabado 11.413 19.487 Adiantamento a fornecedores 6.230 3.837 Provisão para perda nos estoques (818) - Total 42.434 44.001 7. Impostos a recuperar: 2025 2024 Imposto sobre produtos industrializados - IPI 41 454 ICMS sobre ativo imobilizado 130 136 Imposto de importação a compensar 182 - PIS a compensar 43 - COFINS a compensar 196 - ICMS a compensar 551 16 Total 1.143 606 8. IRPJ e CSLL - IRPJ e CSLL - Corrente: O IRPJ foi calculado com base no lucro contábil ajustado na forma legal à alíquota de 15% e adicional de 10% para o saldo que superou R\$ 240 mil no ano. A CSLL foi calculada com base no lucro contábil ajustado na forma legal à alíquota de 9%. 2025 2024 Lucro antes do IRPJ e da CSLL 17.846 41.344 Alíquota nominal de IRPJ e CSLL 34% 34% IRPJ e CSLL às alíquotas vigentes (6.068) (14.057) Efeito das adições e exclusões: Despesas indedutíveis (107) (246) Multas indedutíveis (1) (308) Efeito dos juros sobre capital próprio 915 2.457 Outras exclusões/adições, líquidas 56 (11) Demais ajustes 24 24 Incentivo fiscal - Programa de alimentação do trabalhador (PAT) 19 18 Total (5.162) (12.123) Corrente (6.010) - Diferido 848 - Total (5.162) - Alíquota efetiva 28,93% 29,32%

IRPJ e CSLL - Diferido: O IRPJ e CSLL diferidos foram reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes, usadas na apuração do lucro tributável. A probabilidade de recuperação do saldo de impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar. A movimentação dos saldos de IRPJ e CSLL diferidos do período foi a seguinte:

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



2025		2024		2023		2022		2021		2020	
10. Direito de uso e passivo de arrendamento: Ativos de direito de uso: A Companhia reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução do valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente pelo prazo do arrendamento de 5 anos. A movimentação de saldos do ativo direito de uso é evidenciada no quadro abaixo, conforme a classe do ativo:											
Direito de Uso – Aluguéis de imóveis:											
Saldo em 31/12/2024											
Adições 2.040											
Remensurações -											
Depreciações -											
Saldo em 31/12/2025 2.040											
Passivos de arrendamento: Na data de início do arrendamento, a companhia reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. A movimentação de saldos do passivo de arrendamento é apresentada no quadro abaixo:											
Passivos de arrendamento											
Saldo em 31/12/2024											
Adições 2.040											
Remensurações -											
Depreciações -											
Saldo em 31/12/2025 2.040											
Circulante 408											
Não circulante 1.632											
11. Fornecedores:											
2025 8.464											
2024 8.018											
Fornecedores nacionais 1											
Fornecedores estrangeiros 8.465											
Total 8.465											
12. Impostos e contribuições:											
2025 395											
2024 556											
IRPJ e CSLL a recolher 741											
PIS e COFINS a recolher 1.187											
ICMS a recolher 973											
IRPJ sobre JSCP a recolher 185											
Tributos retido na fonte a recolher 2.508											
Total 2.508											
13. Obrigações trabalhistas:											
2025 665											
2024 747											
Obrigações com pessoal 1.014											
Obrigações previdenciárias 1.755											
Provisões de férias 547											
Provisões temporárias com pessoal 3.981											
Total 3.981											
14. Provisão para demandas judiciais: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais de natureza trabalhista e tributária em andamento, os quais envolvem responsabilidades contingentes. Os processos estão em fase de defesa administrativa ou em trâmite na esfera judicial. Com base na opinião de seus assessores jurídicos, é contabilizada provisão em montantes considerados suficientes pela Administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas prováveis que possam advir de desfechos desfavoráveis. As provisões para riscos estão assim demonstradas:											
2025 219											
2024 219											
Tributárias 597											
Trabalhistas 816											
Subtotal (133)											
Total 683											
As movimentações na provisão para riscos são apresentadas a seguir:											
2025 219											
2024 219											
Tributárias 454											
Trabalhistas 673											
Subtotal (133)											
Total 683											
De acordo com a avaliação dos assessores jurídicos da Sociedade existem demandas de natureza trabalhista, são reclamações trabalhistas movidas por ex-funcionários e terceiros, cujos pedidos se constituem em pagamentos de verbas rescisórias, adicionais de insalubridade/periculosidade, salários e horas extras, totalizando 25 processos no montante de R\$ 597 em 31/12/2025 e 23 processos no montante de R\$ 454 em 31/12/2024.											
15. Patrimônio líquido:											
2025 1.200											
2024 1.200											
Capital social 1.200											
Reserva legal 1.200											
Total 1.200											
16. Receita líquida de vendas:											
2025 401.841											
2024 416.856											
Mercado interno 18.631											
Mercado externo 420.472											
Industrialização -											
Receita bruta de vendas 420.472											
Deduções: (9.770)											
Devolução de venda (84.404)											
Impostos incidentes sobre vendas (94.174)											
Total deduções 326.298											
Total 401.841											
17. Custos e despesas operacionais - por natureza:											
2025 (239.438)											
2024 (239.356)											
Consumo de matéria-prima e materiais (22.381)											
Custo com pessoal (3.102)											
Custo com materiais de uso e consumo industrial (3.186)											
Manutenção de bens aplicados (1.811)											
Energia elétrica (2.596)											
Cavaco (5.939)											
Combustíveis e lubrificantes (6.433)											
Fretes e carretos (2.018)											
Mão de obra indireta (3.608)											
Depreciação e amortização (6.074)											
Despesa com pessoal (567)											
Despesas com aluguel (108)											
Despesas com condomínio (72)											
Despesa com água e esgoto (119)											
Despesa com telefones internet Correios e Malotes (9)											
Seguros (1.099)											
Publicidade (31)											
Manutenção de móveis, máquinas e equipamentos (59)											
Manutenção de veículos (17)											
Manutenção de prédios e instalações (53)											
Multas (89)											
Despesas legais, judiciais e cartorária (48)											
Materiais auxiliares e de consumo (126)											
Copa, cozinha e refeitório (262)											
Viagens e representações (1.374)											
Despesas com exportação (568)											
Despesas com importação (40)											
Lanches e refeições (450)											
Indenização a terceiros (2.620)											
Serviços de terceiros (1.435)											
Comissões sobre vendas PJ (363)											
Serviços contábeis (610)											
Serviços de Informática (253)											
Serviços advocatícios (369)											
Serviços de auditoria e consultoria (58)											
Serviço de assessoria (115)											
Serviços de limpeza (584)											
Despesas gerais e administrativas (397)											
Tributos e contribuições (92)											
Provisão para perdas esperadas de créditos (82)											
Outras receitas operacionais 324											
Total (239.438)											
18. Resultado financeiro:											
2025 72											
2024 50											
Receitas financeiras: 1.369											
Descontos financeiros obtidos 1.660											
Variação monetária ativa 942											
Receitas de aplicações financeiras 4.043											
Total 72											
Despesas financeiras:											
Juros passivos (162)											
IOF (108)											
Despesas bancárias (43)											
Descontos concedidos (57)											
Variação monetária passiva (3.238)											
PIS e COFINS sobre receitas financeiras (111)											
Total 324											
19. Partes relacionadas:											
2025 72											
2024 50											
Transações com partes relacionadas: 72											
Despesas gerais e administrativas (17.420)											
Outras receitas operacionais líquidas 83											
Total (308.776)											
20. Instrumentos financeiros básicos:											
2025 72											
2024 50											
Contas a receber - mercado externo 7.114											
Fornecedores - mercado externo (1)											
Total 7.113											
A seguinte taxa de câmbio foi aplicada para os saldos em moeda estrangeira, em 31 de dezembro 2025: US\$ 5,5024. Considerando a exposição cambial e a taxa de câmbio descrita no quadro acima, em 31 de dezembro 2025, o cenário 1 considera uma desvalorização do real em 25% e cenário 2 uma desvalorização de 50%. A análise de sensibilidade seria em função:											
Cenário I - 25%											
Cenário II - 50%											
Taxa de câmbio em 31 de dezembro 2025 5,5024											
Exposição bruta em moeda estrangeira 1.293											
Taxa de câmbio estimada 4,1268											
Efeito no instrumento financeiro 5,335											
Efeito líquido no resultado 1.778											
21. Seguros: A Companhia adota uma política de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância. As coberturas dos seguros, em valores de 31/12/2025, são assim demonstradas:											
Objeto segurado											
Limites contratados											
Vigência											
Valores expressos em reais 977.963											
Veículos 22/11/2026											
Energia 248.574											
Imóveis de Mooca, Paulista e Itupeva 342.705,781											
Responsabilidade Civil 5.778,232											
A DIRETORIA											
Diretor: Loic Thierry Emile Charles											
Contadora: Vanessa Martins Bernardi - CRC-SP 1SP244.569/0-3											

Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/MF nº 30.914.898/0001.74 - NIRE 35.300.518.594

Ata de Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 16 de abril de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos dezesseis dias do mês de março de 2026, às 09:00 horas, extraordinariamente por videoconferência, a partir de procedimento de voto à distância. **2. Convocação e Presença:** Dispensada a convocação em razão da presença da única acionista da Companhia, detentora da totalidade do seu capital social, de acordo com o artigo 124, Parágrafo 4º, da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976 ("Lei de S.A."), e conforme lista de presença constante no Livro de Presença de Acionistas da Companhia. **3. Publicações:** O Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025 foram publicados na edição de 31 de março de 2026 no jornal "Data Mercantil", à página 10 da versão impressa, e às páginas 29, 30, 31, 32 e 33 da versão digital, conforme anexos I e II da presente ata. **4. Mesa: Presidente:** Sr. Hélio Novaes. **Secretário:** Sr. Felipe Rodrigues Tonetti. **5. Ordem do Dia:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (i) as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do Relatório da Administração; e, (ii) a destinação do lucro líquido do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre: (i) a proposta de Pacote de Remuneração Global dos membros da Administração da Companhia para o exercício de 2026; e (ii) a reeleição dos membros do Conselho de Administração, nos termos da AGE realizada em 05 de março de 2026, para fins de atualização do novo mandato. **6. Deliberações:** Iniciados os trabalhos, o único Acionista da Companhia tomou conhecimento da proposta constante da Ordem do Dia, e, após exame e discussão das matérias, **aprovou, sem quaisquer ressalvas, o quanto segue:** Em sede de Assembleia Geral Ordinária: (i) as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, acompanhadas do relatório dos auditores independentes, as quais foram publicadas conforme indicado no item 3 da presente ata, tendo sido dispensada a publicação do aviso de disponibilidade a que se refere o artigo 133 da Lei de S.A.; (ii) a destinação do lucro líquido referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, no total de R\$ 51.130.923,73 (cinquenta e um milhões, cento e trinta mil, novecentos e vinte e três reais e setenta e três centavos), para que seja destinado da seguinte forma: (i) R\$ 2.556.546,00 (dois milhões, quinhentos e cinquenta e seis mil, quinhentos e quarenta e seis reais) destinados à constituição da Reserva Legal; (ii) R\$ 12.143.594,00 (doze milhões, cento e quarenta e três mil, quinhentos e noventa e quatro reais) destinados à distribuição de dividendos mínimos obrigatórios e (iii) R\$ 36.430.783,73 (trinta e seis milhões, quatrocentos e trinta mil, setecentos e oitenta e três reais e setenta e três centavos), destinados à constituição de Reserva de Retenção de Lucro; O Acionista reconhece e ratifica todas as distribuições intercalares e intermediárias realizadas pela Diretoria da Companhia durante o exercício de 2025, valores esses que serão considerados para fins de determinação do valor recebido pelo Acionista, nos termos do ora aprovado. Em sede de Assembleia Geral Extraordinária: (i) Aprovar a fixação do Pacote de Remuneração Global dos membros da Administração da Companhia para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026, no montante global de até R\$ 7.380.000,00 (sete milhões, trezentos e oitenta mil reais), a ser distribuído entre a Diretoria e o Conselho de Administração da Companhia, abrangendo parcelas de natureza fixa e variável ("Plano de Incentivo de Curto Prazo - ICP"), cabendo ao Conselho de Administração a sua distribuição individual, observado o atingimento das metas e condições previstas no Plano de Incentivo de Curto Prazo - ICP devidamente aprovado conforme a governança da Companhia, observado que, para o Conselho de Administração, apenas o seu membro independente fará jus ao recebimento de valores, ficando desde já ratificados os pagamentos realizados até a presente data; e (ii) Considerando que, em 05 de março de 2026, foram eleitos membros do Conselho de Administração para preenchimento de cargos então vacantes, conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária, resolve o Acionista ratificar, para todos os fins de direito, as referidas eleições, mantendo-se inalterada a atual composição do Conselho de Administração da Companhia. Resolve, ainda, reeleger a totalidade dos membros do Conselho de Administração a fim de uniformizar o prazo de mandato de todos os conselheiros, para que passem a ter mandato coincidente de 2 (dois) anos, contado da presente data, nos termos do Artigo 13 do Estatuto Social, vigente, então, até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2028, sendo admitida a reeleição. Os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a posse de seus sucessores, ainda que expirado o prazo de seus mandatos, ficando assim assegurada a continuidade da administração e evitando-se a vacância dos cargos. Em ato contínuo, a Acionista ratifica a composição do Conselho de Administração da Companhia, composto pelos seguintes membros: • **Paulo Todescan Lessa Mattos**, brasileiro, solteiro, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.655.438-4, expedida pela SSP/SP, e inscrito no CPF/MF sob o nº 188.745.248-62, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itaipá 150, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-907, como Presidente do Conselho de Administração; • **Felipe Rath Fingerl**, brasileiro, solteiro, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 10.143.617-8, expedida pela DIC/RJ e inscrito no CPF/MF sob o nº 109.628.207-09, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itaipá 150, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-907, como membro do Conselho de Administração, sem designação específica; • **Vinicius Silveira Cunha**, brasileiro, solteiro, engenheiro, portador da Cédula de Identidade RG nº 12.666.801, expedida pela SSP/MG e inscrito no CPF/MF sob o nº 087.232.176-26, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Itaipá 150, 13º andar, Itaim Bibi, CEP 04542-907, como membro do Conselho de Administração, sem designação específica; • **Rafael Brasil Chitarra**, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade RG nº 11.376.029, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF/MF sob o nº 103.715.296-46, com domicílio profissional na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.477, Itaim Bibi, CEP 04538-133, como membro do Conselho de Administração, sem designação específica; e • **Rogério Frota Melzi**, brasileiro, solteiro, engenheiro e administrador, portador da Cédula de Identidade RG nº 21.581.101, expedida pela SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob o nº 181.390.288-78, residente e domiciliado no Município de Campinas, Estado de São Paulo, na Rua Dr. Elias Haddad, nº 130, casa 04, Cond. Res. Likissa, Parque Nova Campinas, CEP 13100-086, como membro independente do Conselho de Administração. **Encerramento e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. **Mesa: Hélio Novaes** - Presidente; **Felipe Rodrigues Tonetti** - Secretário. Acionista Presente: IG4 BTG Pactual Health Infra Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia e Investimento no Exterior (Por IG4 Capital Investimento Ltda.). JUCESP nº 202.412/26-0 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Opy Healthcare Gestão de Ativos e Investimentos S.A.

CNPJ/ME nº 30.914.898/0001.74 - NIRE 35.300.518.594

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de maio de 2026

1. Data, Hora e Local: Aos seis dias do mês de maio de 2026, às 09:30 horas, de forma híbrida, na forma presencial na sede da Companhia, e por meio de videoconferência realizada pela plataforma *MS Teams*, nos termos do Estatuto Social da Companhia. **2. Convocação e Presença:** Conselheiros representando a totalidade dos membros do Conselho de Administração, dispensada a convocação, nos termos do parágrafo 5º, do Artigo 12º, do Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa: Presidente:** Sr. Paulo Todescan Lessa Mattos. **Secretário:** Sr. Mateus de Faria Renault e Silva. **4. Ordem do Dia:** Discutir e deliberar sobre a renovação e reeleição dos mandatos da Diretoria da Companhia. **5. Deliberações:** Prestados os esclarecimentos Iniciais, os membros do Conselho de Administração tomaram ciência da proposta objeto da Ordem do Dia e, após o exame da matéria, bem como do material de apoio previamente compartilhado, discutiram e aprovaram, sem ressalvas e por unanimidade de votos, a reeleger a totalidade dos membros da Diretoria da Companhia, nos termos do Artigo 17 do Estatuto Social da Companhia, para um mandato de 2 (dois) anos, sendo admitida sua reeleição, contado da presente data, ou até a data da Assembleia Geral Ordinária que deliberar sobre as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2026, conforme composição a seguir: a) **Mateus de Faria Renault e Silva**, brasileiro, economista, casado, portador da cédula de identidade RG nº 25.799-41, expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/MF sob o nº 024.487.121-31, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar, Conjunto 72, Itaim Bibi, CEP 04534-013 para exercer os cargos de Diretor Presidente da Companhia, para um mandato de 02 (dois) anos, coincidente ao dos demais membros da Diretoria ora eleitos, ou até a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; b) **Felipe Rodrigues Tonetti**, brasileiro, casado, administrador de empresas, portador da cédula de identidade RG nº 35.852.834-3, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.730.408-36, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar, Conjunto 72, Itaim Bibi, CEP 04534-013 para exercer os cargos de Diretor Financeiro e de Novos Negócios e M&A da Companhia, de forma cumulativa, para um mandato de 02 (dois) anos, coincidente ao dos demais membros da Diretoria ora eleitos, ou até a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026; c) **Thiago Nery Python**, brasileiro, engenheiro civil, casado, portador da cédula de identidade RG nº 36.832.204-X SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 293.500.438-82, expedida pela SSP/SP, inscrito no CPF/MF sob o nº 382.730.408-36, com domicílio profissional no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Joaquim Floriano, 913, 7º andar, Conjunto 72, Itaim Bibi, CEP 04534-013, para exercer o cargo de Diretor de Operações da Companhia, para um mandato de 02 (dois) anos, coincidente ao dos demais membros da Diretoria ora eleitos, ou até a data da Assembleia Geral Ordinária da Companhia que aprovar as demonstrações financeiras referentes ao exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2026. Os Diretores ora eleitos declaram, sob as penas da lei, não estarem incursos em quaisquer impedimentos legais para o exercício de seus cargos, tomando posse mediante assinatura do competente termo de posse constante no livro de atas da Diretoria e da Declaração de Desimpedimento, os quais ficarão arquivados na sede da Companhia para todos os fins. Em ato contínuo, fica consolidada a composição da Diretoria da Companhia: - **Diretor Presidente:** Mateus de Faria Renault e Silva; - **Diretor Financeiro e de Novos Negócios e M&A:** Felipe Rodrigues Tonetti; e - **Diretor de Operações:** Thiago Nery Python. Fica a Diretoria da Companhia autorizada a proceder com todos os atos necessários para formalização das deliberações ora aprovadas. **Encerramento e Assinatura da Ata:** Nada mais havendo a tratar, foi suspensa a sessão pelo tempo necessário à lavratura da presente ata que, depois de lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. A presente ata foi lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos. **Mesa: Paulo Todescan Lessa Mattos** - Presidente; **Mateus de Faria Renault e Silva** - Secretário. **Membros do Conselho de Administração presentes:** Paulo Todescan Lessa Mattos, Felipe Rath Fingerl, Rafael Brasil Chitarra, Vinicius Silveira Cunha e Rogério Melzi. *Certifico que a presente ata é cópia fiel da original, lavrada em livro próprio.* JUCESP nº 202.413/26-3 em 21/05/2026. Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

Qualiciclo Agrícola S.A.

CNPJ/MF nº 04.784.681/0001-87 - NIRE 35.300.557.743 - Sociedade por Ações Fechada

Edital de Convocação de Reunião de Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 25 de junho de 2026
A acionista **Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A.**, sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.069.113/0001-08, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia, vem pela presente, convocar os senhores acionistas da **Qualiciclo Agrícola S.A.**, sociedade por ações fechada, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.784.681/0001-87, com sede na Av. Mogi Mirim, nº 934, complemento 1002, bairro Boa Vista, no município de Limeira, no Estado de São Paulo, CEP 13.486-170 ("**Companhia**"), a se reunirem em reunião de Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 25 de junho de 2026, às 10:00, de forma exclusivamente digital, para examinar, discutir e deliberar a respeito da seguinte ordem do dia: **1.** Encerrar as atividades operacionais da Companhia e de suas filiais ativas; e **2.** Autorizar a administração da Companhia a praticar todos os atos necessários para a implementação das deliberações tomadas na Assembleia. Os documentos e informações relativos às matérias a serem deliberadas na Assembleia Geral serão disponibilizados aos acionistas por correio eletrônico até 19 de junho de 2026. A Companhia realizará o envio do convite da plataforma Microsoft Teams em até 48 horas antes do horário de início da reunião a todos os acionistas. Ponta Grossa/PR, dias 17, 18 e 19 de junho de 2026. **Distribuidora Pitangueiras de Produtos Agropecuários S.A., p. Carlos Alexandre Cosendey de Aquino**, Diretor. (17, 18 e 19/06/2026)

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.



Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.

datamercantil.com.br

☎ **Contato: (11) 3361-8833**

✉ **Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br**

DATA MERCANTIL

São Paulo



Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade



A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Baumgart Participações S.A.

CNPJ nº 07.019.752/0001-43

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO SOCIAL ENCERRADO EM 31/12/2025

Em cumprimento às disposições legais e de acordo com a legislação societária brasileira vigente, a Baumgart Participações S.A., ("Grupo" ou "Bpar") com o desempenho operacional financeiro das suas controladas referente ao exercício social encerrado em 31/12/2025. Visão Geral: A Baumgart Participações S.A., é uma holding formada por empresas que atuam em três setores (imobiliário, indústria química) com capital privado, mais de 1.300 funcionários, presença em 2 estados (SP, BA) e 90 anos de história. As empresas do Grupo são referências nacionais em seus setores, com as melhores práticas de sustentabilidade, ética e governança. Sobre o Grupo Baumgart: O Grupo Baumgart nasce com a história de uma família empresária que, em 1936, fundou a primeira fábrica da Vedacit, na zona norte de São Paulo. A partir desse ponto de partida, ao longo de quase 90 anos de atuação, consolidou-se não apenas como um grupo robusto, mas também como uma organização orientada por valores sólidos, propósito claro e visão de longo prazo. Na indústria química, o Grupo mantém presença por meio de marcas tradicionais, como a Vedacit. No setor de serviços, atua com os shoppings Center Norte e Lar Center. No segmento de feiras e eventos, conta com o Expo Center Norte e, em hotelaria, com o Novotel Center Norte. No setor imobiliário, com a Center Norte Incorporadora Imobiliária. As empresas do Grupo Baumgart são referências em seus respectivos segmentos de atuação e adotam práticas alinhadas à sustentabilidade, à ética e à governança corporativa. Sobre o Otto Baumgart Indústria e Comércio: No exercício de 2025 a companhia conduziu suas operações em um ambiente macroeconômico ainda desafiador, caracterizado por taxas de juros elevadas, volatilidade cambial, pressão sobre custos e maior seletividade de consumo e investimento, com reflexos sobre o setor da construção civil. Nesse contexto, a Administração concentrou seus esforços na consolidação da nova estrutura produtiva, na captura de ganhos de eficiência, na recomposição de margens e no fortalecimento da disciplina financeira, com foco na preservação da competitividade e na geração sustentável de valor. Sobre a Cidade Center Norte: Localizada na zona norte de São Paulo, a Cidade Center Norte é formada por cinco empreendimentos: Shopping Center Norte, Shopping Lar Center, Expo Center Norte, Novotel São Paulo Center Norte e Center Norte INC., além de seu braço social, o Instituto Center Norte. Desde 2024, a Cidade Center Norte vem ampliando sua atuação por meio do desenvolvimento de um novo espaço urbano em uma área de aproximadamente 600 mil m2, uma das maiores áreas contínuas disponíveis na cidade de São Paulo. O DNA pioneiro e transformador do Grupo deu origem a um projeto de expansão que contempla, além dos já consolidados empreendimentos de varejo, eventos e hospitalidade, o desenvolvimento de torres residenciais e comerciais, bem como polos de saúde, educação e entretenimento. Sobre o Center Norte INC.: Criada em 2024, a Center Norte INC. nasce apoiada na solidez do portfólio da Cidade Center Norte, no profundo conhecimento da região e no compromisso histórico do Grupo Baumgart com a zona norte de São Paulo. A incorporadora foi constituída com o propósito de liderar uma nova experiência de desenvolvimento urbano e imobiliário na região, por meio da futura Cidade Center Norte, concebida para equilibrar, de forma harmônica, natureza e cidade, oferecendo um novo jeito de viver, morar, trabalhar e conviver na zona norte da capital paulista. Destaques operacionais e financeiros: A Administração apresenta os resultados operacionais e financeiros referentes ao exercício de 2025. O ano foi marcado pela resiliência e expansão de nosso portfólio diversificado, englobando os setores

de shoppings, eventos, hospitalidade, desenvolvimento imobiliário e indústria química. Apesar de um cenário macroeconômico desafiador — caracterizado por inflação, custo de capital elevado e condições financeiras restritivas —, a Companhia manteve sua disciplina comercial e eficiência operacional, capturando oportunidades ancoradas em fundamentos sólidos, como a manutenção do emprego e a melhora na renda das famílias. Abaixo, detalhamos o desempenho de nossas unidades de negócio: 1. Cidade Center Norte: Varejo, Eventos e Hospitalidade: Os negócios recorrentes da Cidade Center Norte apresentaram um desempenho operacional altamente positivo ao longo de 2025, reforçando a atratividade do nosso ecossistema integrado na zona norte de São Paulo. • Shopping Center Norte: Registrou crescimento consistente em vendas, fluxo de visitantes, aluguel por Área Bruta Locável (ABL) e receitas de mídia. Adicionalmente, avançamos de forma estratégica na recomposição qualificada do espaço anteriormente ocupado pelo hipermercado. • Lar Center: Manteve seus níveis de vendas e ocupação em patamares estáveis. O período foi marcado pela qualificação pontual do mix de lojas e pelo crescimento contínuo das receitas de mídia. • Expo Center Norte: O segmento de eventos sustentou um desempenho robusto, impulsionado pela retomada e relevância dos eventos presenciais e pela forte demanda corporativa. Houve evolução significativa do RevPAR (Receita por Quarto Disponível/Área) tanto nos pavilhões quanto no centro de convenções. • Novotel Center Norte: O braço de hospitalidade seguiu beneficiado pelo intenso calendário do Expo Center Norte, pela demanda corporativa contínua e pela total sinergia com os demais ativos do complexo. 2. Desenvolvimento Imobiliário: O ano de 2025 representou um marco histórico para a Companhia com o início formal das operações da nossa plataforma de incorporação imobiliária, culminando no lançamento do Bioma Cidade Center Norte. Este é o primeiro empreendimento vinculado ao projeto de expansão do complexo. • Fundamentos e Estratégia: O setor operou de forma seletiva, mas a demanda por ativos bem localizados e com projetos urbanísticos diferenciados permaneceu aquecida. O lançamento do Bioma simboliza um novo ciclo de desenvolvimento para a região, apoiado em escala, potencial de transformação urbana e integração ao nosso ecossistema já consolidado. • Foco Estrutural: Concentramos nossos esforços na estruturação operacional do negócio, desenvolvimento do produto e consolidação da estratégia comercial. Assim, 2025 foi caracterizado não por indicadores de maturidade operacional, mas pela construção sólida das bases para a geração de valor de longo prazo na incorporação imobiliária. 3. Indústria Química: No segmento químico, com atuação pela Vedacit, os resultados do exercício evidenciam uma evolução consistente e acelerada dos principais indicadores operacionais e financeiros, refletindo o sucesso da nossa gestão de custos e estratégia de pricing. • Destaques Financeiros: A receita líquida manteve-se em linha com o exercício anterior, acompanhada de um crescimento de 2% no volume comercializado. O grande destaque foi a forte expansão da rentabilidade: o resultado operacional antes das despesas com depreciação e amortização (EBITDA) alcançou R\$ 39,4 milhões, um expressivo salto de 115% em relação aos R\$ 18,3 milhões registrados em 2024. • Expansão de Mercado: Apresentamos um aumento de 13,6% na positividade, demonstrando maior capilaridade comercial, presença de mercado e efetividade nas iniciativas de vendas. • Eficiência Operacional: A expressiva melhoria nas margens é fruto de um conjunto

de ações disciplinadas, incluindo a abertura de novos canais, a continuidade do Projeto Compras 2.0, ações de redução no custo de insumos e racionalização de despesas. Além disso, implementamos com sucesso medidas de recomposição gradual de preços e redução de descontos. Equidade de Gênero: De acordo com a Lei nº 15.177/2025, que alterou o artigo 133 da Lei das S.A., informamos que:

Table with 4 columns: Equidade de gênero, 2025, 2024, Consolidado. Rows include Total de colaboradores (62,77% vs 60,04%), Mulheres (37,23% vs 39,96%), Total em cargos de liderança (58,00% vs 55,35%), Mulheres (41,66% vs 44,65%), Participação na massa remuneratória (63,59% vs 61,21%), Mulheres (33,15% vs 38,79%).

Relacionamento com auditores independentes: Em conformidade com as boas práticas de governança e transparência, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes ("EY") não prestou, no exercício findo em 31/12/2025, quaisquer serviços além daqueles relacionados à auditoria independente das demonstrações financeiras. Essa contratação observou os princípios que resguardam a independência do auditor, incluindo a vedação à revisão do próprio trabalho, ao exercício de funções gerenciais e à prestação de serviços proibidos pelas normas vigentes. Ressaltamos, ainda, que as informações constantes do relatório de desempenho que não estejam claramente identificadas como extraídas das demonstrações financeiras não foram objeto de auditoria ou revisão por parte dos auditores independentes. Dessa forma, tais informações devem ser compreendidas como de responsabilidade da Administração, não integrando o escopo dos trabalhos de assecuração realizados pela EY. Considerações finais: A Administração entende que as demonstrações financeiras de 31/12/2025 refletem adequadamente, em seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Baumgart Participações S.A. e de suas controladas. Em conjunto, as ações executadas em todas as frentes de negócio ao longo de 2025 contribuíram para melhorar a qualidade das nossas receitas, recompor margens operacionais e ampliar o controle sobre a estrutura de custos. A Companhia encerra o exercício com bases fortalecidas e prontas para sustentar o crescimento sustentável de longo prazo em todos os seus segmentos de atuação. Permanecemos comprometidos com o fortalecimento dos negócios, a disciplina na alocação de capital e a evolução da qualidade das informações financeiras disponibilizadas aos acionistas e demais públicos de interesse. Agradecemos a todos os nossos parceiros, clientes, fornecedores e colaboradores, que, com dedicação e comprometimento, contribuíram para que este fosse um ano tão relevante para o Grupo Baumgart. Seguimos convictos de que os melhores resultados são construídos a partir da escuta, da confiança e da colaboração de todos.

A Administração.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024 (Valores expressos em milhares de reais)

Table with multiple columns: Ativo, Nota, 2025, 2024 (Reapresentado), 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado), 2025, 2024 (Reapresentado), Passivo e Patrimônio Líquido, Nota, 2025, 2024 (Reapresentado), 1º de janeiro de 2024 (Reapresentado), 2025, 2024 (Reapresentado). Rows include Caixa e equivalentes de caixa, Contas a receber, Estoque, Tributos a recuperar, Dividendos a receber, Total do Ativo Circulante, Total do Ativo Não Circulante, Total do Ativo.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Table with multiple columns: Receita operacional líquida, Custos com vendas de mercadorias, Lucro operacional bruto, Despesas gerais e administrativas, Despesas de vendas, Resultado antes das receitas e (despesas) financeiras e impostos, Resultado financeiro líquido, Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social, Lucro líquido do exercício, Atribuível a acionistas: Controladores, Não controladores.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS ABRANGENTES

Table with 5 columns: 2025, 2024 (Reapresentado), 2025, 2024 (Reapresentado), 2025, 2024 (Reapresentado). Rows include Lucro Líquido do Exercício, Total do resultado abrangente do exercício, Atribuível a acionistas: Controladores, Não controladores.

DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Table with multiple columns: Capital Social, Reserva Legal, Reserva Especial, Reservas de Incentivos Fiscais, Reserva de Lucros, Lucros acumulados, Participação dos não controladores, Patrimônio líquido total. Rows include Saldos em 01 de janeiro de 2024, Saldos em 31 de dezembro de 2024, Saldos em 31 de dezembro de 2025.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

Table with multiple columns: Lucro líquido do exercício, Depreciação - ativo imobilizado, Depreciação - direito de uso, Amortização - intangível, Provisão para perdas em ativos financeiros - contas a receber, Provisão para riscos, Provisão de decomissionamento, Imposto de renda e contribuição social diferidos, Resultado de equivalência patrimonial, Baixas líquidas propriedades para investimento, Baixas líquidas do ativo imobilizado, Baixas líquidas do ativo intangível.

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS: 1. Informações gerais: 1.1. Contexto operacional: A Baumgart Participações S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede no município de São Paulo, e tem por objetivo a participação em outras sociedades, na qualidade de sócia quotista ou acionista, e

administração de imóveis próprios. A Companhia mantém investimentos em empresas controladas que, por sua vez, têm por objetivos: a industrialização e a comercialização de produtos químicos e correlatos em geral, principalmente para o segmento de construção civil, bem como a exploração da construção civil em qualquer dos fins, na qualidade de construtora, incorporadora ou participante; execução de

obras de terraplanagem, pavimentação e outras obras de arte; execução de obras de qualquer natureza, por conta própria ou para terceiros; e, principalmente, administração e locação de bens próprios e de terceiros, inclusive de estacionamento. A Companhia e suas controladas ("Grupo") foram constituídas com prazo de duração indeterminado.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



Baumgart Participações S.A.					Vigência	
Empresas	Operação	Consolidação	% Participação		Descrição	Vigência
			2025	2024		
			Direta	Indireta		
Cidade Center Norte S.A. (Cidade CN)	Holdings de instituições não-financeiras	Integral	98,42%	1,58%	99,00%	-
Shopping Center Norte S.A.	Shopping varejo	Integral	-	100%	70,76%	-
Neon Produção e Promoção de Eventos e Serviços Ltda. (Neon)	Promoção de eventos	Integral	0,11%	99,89%	90%	-
TD Original S.A. (TD)	Promoção de eventos	Integral	-	100,00%	-	-
Center Norte Digital - Intermediação e Agenciamento de Produtos e Serviços Ltda. (Center Norte Digital)	Marketplace de vendas digitais	Integral	1,33%	98,67%	10%	-
Lar Center S.A. (Lar Center)	Shopping varejo	Integral	-	100%	70,76%	-
Expo Center Norte S.A. (Expo)	Exposições e eventos	Integral	0,64%	94,38%	70,76%	-
Center Norte Hotelaria. (CN Hotelaria)	Hotelaria e locação de espaços	Integral	-	100%	70,76%	-
CCN Administradora de Bens e Direitos Ltda. (CCN ADM)	Administração Empreendimentos	Integral	-	100%	-	-
Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A. (Otto)	Industrialização de produtos químicos	Integral	100%	-	100%	-
Vedacit do Nordeste S.A. (Vedacit Nordeste)	Industrialização de produtos químicos	Integral	-	100%	-	100%
Construcao Engenharia e Projetos Ltda. (Construcao)	Gestão digital de projetos de construção	Integral	0,084%	51,0%	-	51%
Construflow S.A. (Construflow)	Gestão digital de projetos de construção	Integral	0	50,1%	-	50,10%
Trutec S.A. (Trutec)	Desenvolvimento e licenciamento de softwares	Integral	99%	1%	99%	-
Center Norte Desenvolvedora Imobiliária S.A (CNDI)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	70,76%	-	70,76%	-
Center Norte Vendas e Intermediações Ltda. (CN Vendas)	Corretagem de imóveis	Integral	-	100%	-	100%
CN Inc 01 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CN INC 01)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	-	100%	-	70,76%
CN Inc 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CN INC 02)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	85,15%	14,85%	-	70,76%
CN Inc 03 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CN INC 03)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	-	100,00%	-	70,76%
CN Inc 04 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CN INC 04)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	-	100,00%	-	70,76%
CN Inc 05 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (CN INC 05)	Incorporação de empreendimentos imobiliários	Integral	32,77%	67,23%	-	-

Problema	Descrição	Vigência
Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICP 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial	Em setembro de 2024, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) emitiu alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 18 (R3) e à Interpretação Técnica ICP 09 (R3), com o objetivo de alinhar as normativas contábeis brasileiras com os padrões internacionais emitidos pelo IASB. A atualização do Pronunciamento Técnico CPC 18 contempla a aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas. Essa convergência harmoniza as práticas contábeis adotadas no Brasil com as internacionais, sem gerar impactos materiais em relação à normal atualmente vigente, concentrando-se apenas em ajustes de redação e na atualização das referências normativas. A ICP 09, por sua vez, não tem correspondência direta com normas do IASB e por consequência estava desatualizada, exigindo alterações para alinhar sua redação a fim de ajustá-la a atualizações posteriores a sua emissão e atualmente observadas nos documentos emitidos pelo CPC.	As alterações vigoram para períodos de demonstrações financeiras que se iniciam em ou após 1º/01/2025.
IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras	Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional", e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões.	O IFRS 18 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 1º/01/2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.
IFRS 19: Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	Em maio de 2024, o IASB emitiu o IFRS 19, que permite que entidades elegíveis optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS. Para ser elegível, no final do período de relatório, uma entidade deve ser uma controlada conforme definido no IFRS 10 (CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas), não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.	O IFRS 19 entrará em vigor para períodos de relatório iniciados em ou após 1º/01/2027, com aplicação antecipada permitida.

3. Representação dos valores correspondentes individuais e consolidadas de 31/12/2024 e de 01/01/2024: A Companhia decidiu ajustar determinados saldos contábeis de exercícios e períodos anteriores aperfeiçoando a forma de contabilização de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, o reconhecimento de despesa e custo sobre suas depreciações e mudanças no reconhecimento dos contratos de eventos futuros do segmento do Expo Center Norte. Após a reorganização societária e fundiária das empresas dos Grupos CCN e Baumgart, necessária para a correta definição da vocação dos ativos e com objetivo de aumentar a sinergia e eficiência de suas operações, as controladas dos Grupos decidiram e adotaram em 2025, a mudança da política de mensuração subsequente das suas propriedades para investimento, alterando de custo para valor justo, como uma forma de melhor apresentar os seus ativos, conforme previsto no CPC 28 - Propriedades para investimentos. Dessa forma, considerando a mudança de política em 2025 para atender as exigências técnicas previstas no CPC 23 - Políticas contábeis, mudança de estimativas e Retificação de erros, a Companhia demonstra os impactos da reapresentação dos valores correspondentes exclusivamente para fins de comparação entre os exercícios, sem qualquer alteração de registro, política contábil e fiscal relativa há anos anteriores. Dessa forma, o exercício anterior é apresentado de forma ajustada, como se a política contábil adotada em 2025 estivesse vigente desde 1º de janeiro de 2024. Segue maiores informações abaixo:

Ativo	Controladora 31/12/2024			Controladora 1º/01/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	(a) 8.481	-	8.481	21	5.181	5.202
Títulos e valores mobiliários	(a) -	-	-	5.181	(5.181)	-
Adiantamento a fornecedores	-	-	-	9	-	9
Tributos a recuperar	826	-	826	1.504	-	1.504
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	1.167	-	1.167	1.167	-	1.167
Dividendos a receber	23.630	-	23.630	2.626	-	2.626
Partes relacionadas	(d) 3.617	-	3.617	-	3.137	3.137
Outros Ativos	(d) 13	-	13	3.219	(3.110)	109
Total do Ativo Circulante	37.734	-	37.734	13.727	27	13.754
Realizável a longo prazo	-	-	-	27	(27)	-
Outros ativos	(d) -	-	-	27	(27)	-
Total do Ativo	37.734	-	37.734	13.754	-	13.754

Passivo e Patrimônio Líquido	Controladora 31/12/2024			Controladora 1º/01/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Forneceores	-	-	-	82	-	82
Imposto de renda e contribuição social	350	-	350	351	-	351
Impostos e contribuições Passivo	11	-	11	23	-	23
Adiantamento de Clientes	4.378	-	4.378	-	-	-
Total do Passivo Circulante	4.739	-	4.739	456	-	456
Passivo Não Circulante						
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f) 16.919	(15.398)	1.521	17.527	(15.499)	2.028
Provisão para perda em investidas	8.249	-	8.249	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante	25.168	(15.398)	9.770	17.527	(15.499)	2.028
Capital social	420.000	-	420.000	420.000	-	420.000
Reserva legal	(i) 59.782	66.708	126.490	53.418	46.559	99.977
Reserva especial	54.919	-	54.919	42.712	-	42.712
Reserva de incentivos fiscais	15.349	-	15.349	15.349	-	15.349
Reservas de lucros	(j) 81.083	1.267.893	1.348.976	63.794	885.537	949.331
Ajuste de avaliação patrimonial	(k) 42.364	19.439	61.803	43.545	19.243	62.788
Patrimônio Líquido	673.497	1.354.040	2.027.537	638.818	951.339	1.590.157

Ativo	Consolidado 31/12/2024			Consolidado 1º/01/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Caixa e equivalentes de caixa	(a) 101.001	12	101.013	68.677	67.541	136.218
Títulos e valores mobiliários	(a) 4.847	-	4.847	71.624	(71.624)	-
Caixa restrito	(b) -	-	-	4.083	-	4.083
Contas a receber	(c) 144.044	-	144.044	240.957	(94.723)	146.234
Adiantamento a fornecedores	(d) 14.965	-	14.965	30.235	-	30.235
Estoque	(e) 54.524	1.309	55.833	58.664	-	58.664
Tributos a recuperar	(f) 36.699	-	36.699	20.683	-	20.683
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(g) 1.525	2	1.527	1.335	-	1.335
Outros Ativos	(d) 11.469	71	11.540	10.507	28	10.535
Total do Ativo Circulante	369.074	1.394	370.468	502.682	(94.695)	407.987
Realizável a longo prazo	-	-	-	-	-	-
Contas a receber	(h) 4.733	-	4.733	18.760	-	18.760
Tributos a recuperar	(i) 10.832	-	10.832	1.014	-	1.014
Depósitos judiciais	(j) 11.194	564.187	575.381	1.195	495.597	496.792
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f) 136.852	(76.007)	60.845	119.643	(78.573)	41.070
Outros ativos	(d) 5.522	-	5.522	14.241	(27)	14.214
Total do Ativo Não Circulante	169.133	488.180	657.313	154.833	416.997	571.850
Investimentos	(g) 8.242	(8.197)	45	3.828	387	4.215
Propriedades para investimento	(h) 744.389	2.859.308	3.603.697	697.001	1.993.063	2.690.064
Direito de uso	(i) 7.675	-	7.675	4.144	-	4.144
Imobilizado	(d) 452.130	12.292	464.422	365.477	4.661	370.138
Intangível	(d) 40.428	-	40.428	40.425	-	40.425
Total do Ativo Não Circulante	1.421.997	3.351.583	4.773.580	1.265.728	2.415.108	3.680.836
Total do Ativo	1.791.071	3.352.977	5.144.048	1.768.410	2.320.413	4.088.823

Passivo e Patrimônio Líquido	Consolidado 31/12/2024			Consolidado 1º/01/2024		
	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado	Originalmente apresentado	Ajustes	Reapresentado
Forneceores	(c) 167.098	2.413	169.511	201.279	-	201.279
Salários e encargos a pagar	(d) 36.704	405	37.109	27.497	-	27.497
Empréstimos e financiamentos	(e) 43.691	-	43.691	30.927	-	30.927
Arrendamento mercantil	(f) 5.390	-	5.390	2.655	-	2.655
Imposto de renda e contribuição social	(d) 43.494	(3.981)	39.513	26.679	-	26.679
Impostos e contribuições Passivo	(d) 26.556	(7.227)	19.329	30.611	-	30.611
Dividendos a pagar	(g) 8.678	-	8.678	2.618	-	2.618
Partes Relacionadas	(h) 125.969	-	125.969	54.415	-	54.415
Adiantamento de Clientes	(c) 45.619	-	45.619	-	52.816	52.816
Outros passivos	(c) 40.881	-	40.881	109.769	(90.878)	18.891
Provisão para perda em investidas	(i) -	-	-	334	-	334
Total do Passivo Circulante	544.080	(8.390)	535.690	486.784	(38.062)	448.722
Passivo Não Circulante						
Salários e encargos a pagar	(d) -	416	416	-	-	-
Empréstimos e Financiamentos	(e) 110.214	-	110.214	116.765	-	116.765
Arrendamento mercantil	(f) 5.026	-	5.026	1.905	-	1.905
Imposto e contribuições Passivo	(d) 8.745	7.333	16.078	2.892	-	2.892
Provisão para riscos	(e) 22.884	564.187	587.071	25.204	495.597	520.801
Imposto de renda e contribuição social	(d) -	3.420	3.420	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(f) 16.919	880.761	897.680	11.331	583.570	594.901
Partes Relacionadas	(d) 247.227	-	247.227	303.969	-	303.969
Outros passivos	(c) 6.002	-	6.002	63.038	(56.660)	6.378
Adiantamentos de Clientes e CDU	(c) 9.727	-	9.727	-	-	-
Provisão para perda em investidas	(i) 8.475	-	8.475	-	-	-
Total do Passivo Não Circulante	435.219	1.456.117	1.891.336	525.104	1.022.507	1.547.611

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026



Acesse a página de Publicações Legais no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal



continuação

Baumgart Participações S.A.

a prestação de serviços de corretagem e assessoria de natureza promocional e publicitária, para locação e/ou comercialização de espaços de uso comercial ("merchandising"), receita com a prestação de serviços especializados de corretagem e assessoria de negócios imobiliários em geral e receita com a administração de shopping centers. Essas receitas são apropriadas ao resultado quando o controle dos serviços é transferido para o cliente. e) Receita de hospedades e passantes: Refere-se à prestação de serviços com hospedagem, venda de alimentos e bebidas, aluguel de salão de eventos, lavanderia, entre outros, no curso normal das atividades do Grupo. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. O Grupo reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. f) Venda de bens (incorporação imobiliária): Nas vendas de unidades concluídas, a receita é reconhecida quando a venda é efetuada (transferência de riscos e benefícios), independentemente do prazo de recebimento do valor contratual, e as receitas são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber. Nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: O Grupo e suas controladas adotaram a NBC TG 47/IFRS 15 - "Receitas de Contratos com Clientes", o qual estabelece procedimentos contábeis referentes ao reconhecimento, mensuração e divulgação de certos tipos de transações oriundas de contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída nas Companhias abertas brasileiras do setor de incorporação imobiliária. O Ofício circular afirma que a aplicação da NBC TG 47 às transações de venda de unidades imobiliárias não concluídas, realizadas por entidades registradas na CVM do setor de incorporação imobiliária, e aplicadas por semelhança na Companhia (que não é registrada na CVM), têm questões centrais, como: (a) o foco no contrato (unidade de conta); (b) o monitoramento contínuo dos contratos; (c) uma estrutura de controles internos em padrão de qualidade considerado, no mínimo, aceitável para os propósitos aos quais se destina; (d) a realização de ajustamentos tempestivos; e (e) a qualidade da informação (valor preditivo e confirmatório das demonstrações financeiras). A receita somente é reconhecida, caso a Companhia identifique que não exista mais o risco de incerteza de entrada de fluxo de caixa após a identificação do contrato com o cliente. O risco de mercado da unidade imobiliária, desde o momento da venda, recai todo sobre o mutuário, que pode se beneficiar de eventuais valorizações e realizá-las mediante a transferência onerosa de seu contrato junto a terceiros, com a anuidade da incorporadora, ou se prejudicar com eventuais desvalorizações (momento em que alguns mutuários forçam o distrato). Com isso, nas vendas de unidades não concluídas, são observados os seguintes procedimentos: As receitas de vendas, os custos de terrenos e construção, e as comissões de vendas são apropriados ao resultado utilizando o método do percentual de conclusão de cada empreendimento, sendo esse percentual mensurado em razão do custo incorrido em relação ao custo total dos respectivos empreendimentos; O custo incorrido (incluindo o custo do terreno e demais gastos relacionados diretamente com a formação do estoque) correspondente às unidades vendidas é apropriado integralmente ao resultado. Para as unidades ainda não comercializadas, o custo incorrido é apropriado ao estoque na rubrica "Imóveis a comercializar"; Os montantes das receitas de vendas reconhecidas que sejam superiores aos valores efetivamente recebidos de clientes, são registrados em ativo circulante realizável a longo prazo, na rubrica "Contas a receber". Os montantes recebidos com relação à venda de unidades que sejam superiores aos valores reconhecidos de receitas, são contabilizados na rubrica "Adiantamentos de clientes"; Os juros e a variação monetária, incidentes sobre o saldo de contas a receber, assim como o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber, são apropriadas às receitas de imóveis vendidos, quando incorridos, obedecendo ao regime de competência dos exercícios "pro rata temporis"; Os tributos incidentes e diferidos sobre a diferença entre a receita incorrida de incorporação imobiliária e a receita acumulada submetida à tributação são calculados e refletidos contabilmente por ocasião do reconhecimento dessa diferença de receita; e As demais despesas, incluindo, de propaganda e publicidade são apropriadas ao resultado quando incorridas e estão apresentadas na rubrica de Despesas comerciais. Nos distritos de contrato de compromisso de compra e venda de imóveis, a receita e o custo reconhecido no resultado são revertidos, conforme os critérios de apuração mencionados anteriormente. A reversão do custo aumenta o saldo dos imóveis a comercializar. O Grupo também reconhece, por efeito do distrato, o passivo de devolução de adiantamentos de cliente e os efeitos de ganho ou perda são reconhecidos imediatamente ao resultado. O Grupo efetua a provisão para distratos, quando em sua análise é identificada incerteza quanto à entrada dos fluxos de caixa futuros para a entidade. Estes adiantamentos vinculam-se ao fato de que o reconhecimento de receita está condicionado ao grau de confiabilidade quanto à entrada, para a entidade, dos fluxos de caixa gerados a partir da receita reconhecida. As receitas são mensuradas de acordo com os termos contratuais firmados com os clientes, sendo atualizadas pela variação do Índice Nacional da Construção Civil (INCC), quando aplicável. Os valores a receber são determinados com base na receita acumulada reconhecida, deduzida das parcelas já recebidas. Após a conclusão das obras, os saldos a receber passam a ser acrescidos de juros e atualização monetária, conforme previsto em contrato. Esses encargos são reconhecidos no resultado financeiro, de acordo com o regime de competência. g) Receita financeira: A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. A receita de juros de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado é incluída nos ganhos/(perdas) líquidos de valor justo com esses ativos. A receita de juros de ativos financeiros ao custo amortizado e ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, calculada utilizando o método da taxa de juros efetiva, é reconhecida na demonstração do resultado como parte da receita financeira de juros. A receita financeira é calculada por meio da aplicação da taxa de juros efetiva ao valor contábil bruto de um ativo financeiro, exceto para ativos financeiros que, posteriormente, estejam sujeitos à perda de crédito. No caso de ativos financeiros sujeitos à perda de crédito, a taxa de juros efetiva é aplicada ao valor contábil líquido do ativo financeiro (após a dedução da provisão para perdas). 4.19. Operações de arrendamento mercantil: O CPC 06 (R2) introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A luz da referida norma contábil, o Grupo reconhece novos ativos e passivos para os seus arrendamentos, anteriormente reconhecidos como operacionais, relacionados às locações de suas unidades industriais. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos foi alterada, pois o CPC 06 (R2) substituiu a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre o passivo de arrendamento. A respeito do segmento de varejo e serviços, relacionados às controladas a Companhia revisou todos os contratos de arrendamento e concluiu que se referem a arrendamentos de curto prazo, de baixo valor e, ainda, arrendamentos nos quais não controlam o ativo nem direcionam o uso. Esses arrendamentos continuam sendo reconhecidos linearmente como despesas no resultado do exercício. Como arrendador, as controladas arrendam suas propriedades para investimento que consistem em propriedades comerciais próprias. Todos os arrendamentos mercantis são classificados como operacionais, sob uma perspectiva do arrendador. Política contábil: O Grupo reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente pelo custo e, subsequentemente, pelo custo menos qualquer amortização acumulada e perdas ao valor recuperável, e ajustado pela taxa dos respectivos contratos. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando taxas nominais que correspondem a: Imóvel - 10 anos; CDI+5,15% a.a. exp 360 • Equipamentos - 5 anos; CDI+4% a.a. exp 360 • Veículos - 3 anos; CDI+3,5% a.a. exp 360. O Grupo mensura o passivo de arrendamento somente se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento, resultante de alteração em índice ou em taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da mensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso. O Grupo aplica julgamento para determinar o prazo de arrendamento de alguns contratos que incluem opções de renovação. A assertividade da avaliação sobre se o Grupo pode exercer essas opções tem impacto direto no prazo do arrendamento, podendo afetar significativamente o valor do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso reconhecido. As opções de extensão e rescisão estão incluídas em vários contratos de arrendamentos em todo o Grupo. 4.20. Distribuição de dividendos: Os dividendos são apurados com base no lucro líquido do exercício, ajustado na forma da legislação societária e das disposições estatutárias aplicáveis. O dividendo mínimo obrigatório é calculado mediante aplicação do percentual previsto no estatuto social sobre o lucro líquido ajustado, após as destinações legais e estatutárias cabíveis, incluindo, quando aplicável, a constituição da reserva legal e demais reservas de lucros. O montante de dividendos por ação é calculado pela divisão do valor total dos dividendos atribuídos aos acionistas pela quantidade de ações emitidas, subscritas, integralizadas e com direito à participação na distribuição na data-base da deliberação, excluindo-se, quando aplicável, as ações mantidas em tesouraria. Quando a Companhia possui apenas uma classe de ações ordinárias, sem distinção de direitos econômicos, o valor é distribuído de forma uniforme entre todas as ações. Caso existam classes distintas de ações com direitos específicos, o cálculo é efetuado de acordo com os direitos atribuídos a cada classe ou espécie. Para fins de divulgação, o dividendo por ação é apresentado em reais por ação, podendo ser calculado a partir dos valores expressos nas demonstrações financeiras e da quantidade de ações em circulação ou representativas do capital social na data de referência. 4.21. Adiantamento de Clientes: Os adiantamentos de clientes correspondem a valores recebidos antecipadamente pela Companhia, relativos a contratos de fornecimento de produtos e/ou prestação de serviços, cuja receita será reconhecida quando da transferência do controle dos bens ou da efetiva prestação dos serviços, em conformidade com o CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contrato com Cliente. 5. Estimativas e julgamentos contábeis críticos: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social estão contempladas a seguir. Mensuração ao valor justo de propriedades para investimento: O Grupo divulga o valor justo de suas propriedades para investimento conforme requerido pelo IAS 40/CPC 28. Para propriedades de investimento, uma metodologia de avaliação baseada em um modelo de fluxo de caixa descontado foi utilizada, considerando a ausência de dados de mercado comparáveis devido à natureza das propriedades. O Grupo prepara internamente os referidos cálculos. Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): Anualmente, o Grupo testa eventuais perdas (impairment) no ativo fixo, de acordo com a política contábil apresentada na nota explicativa nº 4.10. Realização de créditos fiscais diferidos: Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na medida em que o lucro tributável suficiente provavelmente estará disponível para permitir o uso de tais perdas. O julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras, imposto de renda, contribuição social e outros impostos. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos contábeis atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado. Provisão para perdas de crédito esperadas de ativos financeiros: As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. O Grupo utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber de locação e cessão de direito de uso. As taxas de provisão são baseadas

em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões de perda semelhantes. A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica sendo revisado de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Por exemplo, se há expectativa de deterioração de condições econômicas previstas no próximo ano (por exemplo, o produto interno bruto), o que pode levar a um aumento na inadimplência no setor manufatureiro, as taxas de perda históricas são ajustadas. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas. A avaliação da correlação entre as taxas de perda histórica observadas, as condições econômicas previstas e as perdas de crédito esperadas são uma estimativa significativa. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda de crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. Provisão para riscos: A provisão para riscos é constituída para as causas cujas probabilidades de perda são avaliadas como prováveis pelos assessores legais e pela Administração do Grupo, considerando a natureza dos processos e a experiência em causas semelhantes. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos e internos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. 6. Gestão de risco financeiro: 6.1. Fatores de risco financeiro: As atividades do Grupo o expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco do Grupo concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro do Grupo. O quadro a seguir sumariza a natureza e a extensão dos riscos decorrentes de instrumentos financeiros e como o Grupo administra sua exposição: 6.1. Fatores de risco financeiro:

Table with 4 columns: Risco, Exposição, Metodologia utilizada para mensuração do impacto, Gestão. Rows include Risco de crédito, Risco de liquidez, Risco de moeda.

i) Risco de mercado: Risco cambial: Os instrumentos financeiros de contas a receber de clientes e a pagar a fornecedores em sua maior parte estão estabelecidos em reais e não estão sujeitos de forma relevante a exposições cambiais. Risco de variação no preço do aluguel: em geral, os contratos de aluguel que geram receita do Grupo são atualizados conforme a variação anual do IPCA, IGP-M ou IPC. A Administração monitora esses riscos como forma de minimizar os impactos em seus negócios. Risco do fluxo de caixa e valor justo associado com taxa de juros: o principal risco de taxa de juros do Grupo decorre de empréstimos de longo prazo com taxas fixas, expondo o Grupo ao risco de fluxo de caixa associado com a taxa de juros. A política do Grupo é de manter aproximadamente 60% de seus empréstimos com taxa de juros fixa por meio de CDI e TJLP, que recebem juros fixos, a fim de atingir esse propósito quando necessário. Em geral, o Grupo contrata empréstimos de longo prazo com taxas fixas, minimizando a exposição e o risco associados. O Grupo analisa sua exposição à taxa de juros de forma dinâmica. São simulados diversos cenários levando em consideração a possibilidade de refinanciamento ou renovação de posições existentes e financiamento. Com base nesses cenários, o Grupo define uma mudança razoável na taxa de juros e calcula o impacto sobre o resultado. Para cada simulação, é usada a mesma mudança na taxa de juros para todas as moedas. Os cenários são elaborados somente para os passivos que representam as principais posições com juros. 6.1. Fatores

de risco financeiro: ii) Risco de crédito: O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado, depósitos em bancos e em outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras são aceitos somente títulos de entidades de primeira linha. Para clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. iii) Risco de liquidez: O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito para captação de empréstimos que julguem adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela evidenciada na nota explicativa nº 16 - Empréstimos e Financiamentos e nota explicativa nº 18 Partes Relacionadas mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos bancários do Grupo e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros, com base na data mais próxima em que o Grupo deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros incorridos e do principal.

Table showing financial data for 31/12/2025, including columns for Valor contábil, Fluxo de caixa contratual, and values for 2026, 2027, 2028, and 2029-2032.

Análise de sensibilidade: Considerando os instrumentos financeiros mencionados anteriormente, o Grupo desenvolveu uma análise de sensibilidade, conforme segue: • Empréstimos e financiamentos: O Grupo mantém empréstimos relacionados à planta produtiva de Itaituba de financiamentos FINAME e BNDES, conforme nota explicativa nº 16, com taxas prefixadas para essa modalidade de financiamento. Portanto, a Administração entende que não há risco de variação de taxas, consequentemente não há projeções de sensibilidade para essa modalidade de passivo. A Administração entende que esse cenário não gerará impacto nos resultados e nos fluxos de caixa nos próximos 12 meses do Grupo. • Mútuos: para a análise de sensibilidade dos instrumentos de proteção quanto ao indexador IPCA para os contratos de mútuos, a Administração adotou como cenário provável os valores reconhecidos contabilmente. Como referência, aos demais cenários, foram consideradas a deterioração e a apreciação sobre a taxa do IPCA utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e uma desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do Real no cenário provável. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31/12/2025, foram substituídas as taxas de IPCA e calculadas as variações entre o novo saldo em cada um dos cenários. • Fornecedor: a Administração avaliou que não há risco de variação de valores para os fornecedores, uma vez que não existe indexação dos valores a pagar. O ciclo médio de pagamento de fornecedores está, em média, em 91 dias. • Caixa e equivalentes de caixa: O Grupo mantém caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras em títulos pós-fixados em percentuais da CDI, conforme apresentados na nota explicativa nº 8. A Administração adotou um cenário provável para 2026 e, como referência, aos demais cenários foram considerados a deterioração e a apreciação sobre a taxa do CDI utilizada para apuração dos saldos apresentados nos registros contábeis. Os cenários foram estimados com uma apreciação e uma desvalorização de 25% e 50%, respectivamente, do cenário provável. Com base nos saldos dos instrumentos de proteção e dos objetos protegidos em 31/12/2025, foram substituídas as taxas de CDI e calculadas as variações entre cada um dos cenários. A tabela abaixo demonstra os eventuais impactos no resultado na hipótese dos respectivos cenários apresentados, devendo-se considerar o fato de que os contratos de exportação firmados para as próximas safras não estão sendo contemplados pela análise apresentada abaixo.

Large table with multiple columns: Instrumentos, Nota, Exposição em 2025, Risco, Provável, Variação do índice em 25%, Variação do índice em 50%. Includes sections for Controladora, Consolidado, and various financial instruments.

6.2. Gestão de capital: Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios as outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. O Grupo monitora a estrutura de capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. Os índices de alavancagem financeira em 31/12/2025 e 2024 podem ser assim sumarizados:

Table showing consolidated financial data for 2025 and 2024, including columns for Nota, 2025, and 2024.

6.3. Estimativa do valor justo: Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (impairment) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. O Grupo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). 7. Instrumentos financeiros: 7.1. Compensação de instrumentos financeiros: Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte. 7.2. Instrumentos financeiros por categoria - Consolidado: A tabela a seguir apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados ao valor justo:

Table showing consolidated financial data for 2025 and 2024, categorized by instrument type (Ativos, Passivos).

(i) Os mútuos concedidos estão registrados inicialmente pelo valor contratado e são atualizados monetariamente pelo IPCA, acrescidos de spread contratual anual. Em 31/12/2025, os valores justos dos mútuos foram calculados considerando uma taxa anual de atualização monetária de 4,5% (IPCA projetado) e spreads contratuais estabelecidos em contrato. Os valores justos apurados em 31/12/2025 totalizam R\$520.249, sendo R\$246.122 referentes aos mútuos celebrados em 2025 e R\$274.127 referentes aos mútuos de 2022 e 2023. 8. Caixa e equivalentes de caixa:

Table showing consolidated financial data for 2025 and 2024, including sections for Controladora and Consolidado.

continuação

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026
Acesse a página de Publicações Legais no site do Jornal Data Mercantil, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

Main financial statement table for Baumgart Participações S.A., including sections for Movimentação das perdas estimadas, Provisão para perdas estimadas em ativos financeiros, Investimentos, and Propriedade para investimento.

Public notice at the bottom right stating 'A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026' and providing contact information for Data Mercantil.

Baumgart Participações S.A.

1.25. Transações que não afetam o fluxo de caixa: Em 31/12/2025 e 2024 constavam saldos relativos a aquisição de ativos imobilizados, o qual ainda não havia ocorrido efetivamente o pagamento, sendo liquidado em período subsequente. Conforme indicado abaixo.

	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
	2025	2024	2025	2024
Direito de Uso	-	-	883	-
Aquisição de propriedades para investimento	-	-	80.133	65.767
Aquisição de ativo imobilizado	-	-	41.874	123.481
Saldo de fornecedores com aquisição de ativo imobilizado	-	-	(327)	(6.694)
Aumento de Capital Investidas	55.407	-	100.714	-
Transferência de terreno do imobilizado para estoque	-	-	7.300	-
Aumento de Capital via capitalização de dívidas - AGE 30.11.25	52.200	-	52.200	-
Aumento de Capital via reserva de lucros - AGE 29.12.25	1.486.821	-	1.486.821	-
Ajuste itens não caixa	1.594.428	-	1.769.598	182.554

26. Eventos subsequentes: Encerramento das atividades da fábrica de São Paulo: Em continuidade à estratégia de reestruturação operacional do Grupo, no contexto do Projeto Vroom, foi aprovada, em janeiro de 2024, a descontinuidade das atividades da planta industrial localizada na cidade de São Paulo, com o objetivo de concentrar a produção em unidades com maior eficiência operacional e capacidade produtiva. As operações anteriormente realizadas na unidade de São Paulo foram gradualmente transferidas para a planta industrial localizada em Itatiba, concebida para operar com maior escala, produtividade e melhores condições operacionais. A Administração estima que a nova unidade apresente capacidade produtiva significativamente superior à da planta desativada, contribuindo para ganhos de eficiência e otimização da estrutura operacional do Grupo. Em decorrência do plano formal de reestruturação, o Grupo reconheceu provisão para despesas relacionadas ao encerramento das atividades da unidade de São Paulo no montante de R\$ 12.091, com base na melhor estimativa dos desembolsos necessários à implementação do plano, em conformidade com o CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. As atividades da planta industrial de São Paulo foram integralmente descontinuadas em dezembro de 2025. No exercício findo em 31/12/2025, em função da conclusão da transferência das operações remanescentes para a unidade de Itatiba e da revisão das estimativas originalmente adotadas, a Administração efetuou a reversão parcial da provisão para reestruturação no montante de R\$ 6.337, refletindo a atualização da melhor estimativa dos desembolsos efetivamente incorridos e ainda esperados. Após o encerramento das atividades da unidade de São Paulo, o Grupo continua incorrendo em determinados gastos residuais relacionados, principalmente, à transferência de maquinários, equipamentos e demais ativos operacionais para a unidade de Itatiba, os quais vêm sendo reconhecidos contabilmente de acordo com sua natureza e com os pronunciamentos contábeis aplicáveis. Adicionalmente, em janeiro de 2026, no contexto da conclusão da reorganização operacional e administrativa do Grupo, foi promovida alteração cadastral da estrutura societária e operacional, passando a unidade localizada em Itatiba a figurar como matriz operacional, enquanto a unidade de São Paulo passou a operar como filial, sem impactos nos critérios de reconhecimento e mensuração dos ativos, passivos e resultados apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. A Administração avalia que a realocação da produção não impacta de forma relevante o atendimento aos clientes ou o abastecimento das operações, uma vez que as atividades foram integralmente absorvidas pela unidade de Itatiba. Com essa reestruturação, o Grupo mantém o foco na modernização, na eficiência operacional e na preservação de sua capacidade de atendimento às demandas do mercado. **Incorporação da Vedacit do Nordeste S.A.:** A Baumgart Participações é controladora indireta da Vedacit do Nordeste S.A., cuja atividade operacional é compatível, e complementar às operações do Grupo. Em assembleia geral realizada após a data-base das demonstrações financeiras, foi aprovada a incorporação da Vedacit do Nordeste S.A. pela Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A. Em decorrência da aprovação societária, a partir do segundo trimestre de 2026, a Vedacit do Nordeste S.A. deixará de operar como sociedade independente, passando a operar como filial da Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A. Na data-base das demonstrações financeiras, a referida incorporação caracteriza-se como evento subsequente não ajustável, nos termos do CPC 24 - Evento Subsequente, não tendo seus efeitos refletidos nos saldos contábeis apresentados. Os impactos decorrentes da operação serão reconhecidos nas demonstrações financeiras do exercício em que a incorporação for efetivamente implementada. **Alteração no conselho do grupo:** Em decorrência do falecimento do acionista e conselheiro Otto Baumgart, em janeiro de 2026, houve alteração na composição do Conselho do Grupo, anteriormente anunciada em dezembro de 2025, e, consequentemente, na administração, tendo Cristina Baumgart assumido a posição anteriormente ocupada pelo referido conselheiro. **Aumento de capital social:** Em 02/01/2026, foi aprovado aumento de capital social da Controlada Otto Baumgart Indústria e Comércio S.A. no montante de R\$ 10.000, mediante a emissão de 1.355.013 novas ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. O referido aumento de capital está alinhado à estratégia de fortalecimento da estrutura de capital e suporte às operações e investimentos do Grupo.

DIRETORIA

Luiz Fernando Moreira Cruz - Diretor Financeiro Andréia Davanço Augusto - Controller Fabiana da Silva Cavalcante - Contador - CRC 1SP-345880/0-4

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE A REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da Baumgart Participações S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Baumgart Participações S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras individuais e consolidadas no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases:** **Reapresentação dos valores correspondentes:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 3 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em decorrência das mudanças nas práticas contábeis adotadas pela Companhia em 2025, os valores correspondentes referentes ao exercício anterior, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no Pronunciamento Técnico CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto. **Reconhecimento de receita de unidades imobiliárias:** Chamamos a atenção para a nota explicativa 4.18, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às registradas na CVM. Dessa forma, a determinação da política contábil adotada pela entidade, para o reconhecimento de receita nos contratos de compra e venda de unidade imobiliária não concluída, sobre os aspectos relacionados à transferência de controle, seguem o entendimento manifestado pela CVM no Ofício Circular CVM/SNC/SEP n.º 02/2018 sobre a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 (IFRS 15). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outros assuntos:** **Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31/12/2023 examinadas por outro auditor independente:** O exame das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31/12/2023, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis e correções descritas na nota explicativa 3., foi conduzido sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria sem modificação, com data de 31/05/2024. Esses ajustes não foram auditados por nós ou por outro auditor independente. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer procedimentos sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia referentes ao exercício de 2023 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de assecuração sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 2023 tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor: A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A diretoria da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de incorporação imobiliária no Brasil, equivalentes às entidades registradas na CVM, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. São Paulo, 29/05/2026. **ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda.,** CRC SP-034519/0. **Marcos Kenji de Sá Pimentel** Ohta, Contador, CRC-SP 209240/0; **Pedro Martins Barbosa,** Contador, CRC-BA 036442/0-9.

Publique no Data Mercantil!

A decisão certa em todos os momentos.

Contato: (11) 3361-8833

Orçamentos: comercial@datamercantil.com.br

DATA MERCANTIL São Paulo

Acesse nosso site pelo link abaixo ou apontando a câmera do seu celular no QRcode ao lado.




Documento assinado e certificado digitalmente Conforme MP 2.200-2 de 24/08/2001 Confira ao lado a autenticidade

A publicação acima foi realizada e certificada no dia 17/06/2026

Acesse a página de **Publicações Legais** no site do **Jornal Data Mercantil**, apontando a câmera do seu celular no QR Code, ou acesse o link: www.datamercantil.com.br/publicidade_legal

